



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**  
**Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAC**  
Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria Profissional – PPAC-PROF

## **PROGRAMA DE DISCIPLINA**

**NOME DA DISCIPLINA:** Finanças e Orçamento Público

**CÓD. DISCIPLINA:** EHP - 716

**CRÉDITOS** – 03

**Carga Horária** - 48

### **EMENTA**

Finanças Públicas. Necessidades de Financiamento do setor público. Responsabilidade Fiscal. Modelo de repartição tributária brasileiro. Planejamento orçamentário no setor público. Políticas Públicas e sua influência na elaboração das propostas orçamentárias (PPA, LDO e LOA). Avanços do processo orçamentário brasileiro com o advento da CF/88. Programação dos gastos públicos. Análise e interpretação das demonstrações fiscais do setor público.

### **BIBLIOGRAFIA**

ABRAHAM, M. Teoria dos Gastos Fundamentais: Orçamento público impositivo: da elaboração à execução. Almedina Brasil, 2021.

ABRAHAM, M. Curso de Direito Financeiro Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ALEXSANDROV, E.; BOURMISTROV, A.; GROSSI, G. Participatory budgeting as a form of dialogic in Russia: actors institutional work and reflexivity trap. Accounting, Auditing e Accountability Journal, vol. 31, p. 1098-1123, 2018.

ALEXSANDROV, E.; TIMOSHENKO, K. Translating participatory budgeting in Russia: the roles of inscriptions. Journal of Accounting in Emerging Economies, vol. 8, n. 3, p. 302-326, 2018.

ANESSI-PESSINA, E.; BARBRA, C.; SICILIA, M.; STECCOLINI, L. Public sector budgeting: a European review of accounting and public management, journals. Accounting, Auditing e Accountability Journal, vol. 29, n. 3, p. 491-519, 2016.

BARROS, B. R. C.; CARVALHO, E. B.; BRASIL JUNIOR, A. C. P. Desempenho orçamentário e governança na gestão de projetos de infraestrutura: o caso do transporte hidroviário interior brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 21, n. 5, p. 0-0, 2023.

BARTOCCI, L.; GROSSI, G.; MAURO, S. G. Towards a hybrid logic of participatory budgeting. International Journal of Public Sector Management, vol. 32, n. 1, p. 65-79, 2019.

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOTELHO, L. H. F.; COSTA, T. M. T. Receitas Perdidas e seus Efeitos sobre o Resultado Financeiro da Seguridade Social no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 72, n. 2, p. 400-433, 2021.

BRASIL, Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL, F. G.; PERES, U. D.; MACHADO, G. S.; GARCIA, F. J. M. Agenda governamental brasileira: prioridades e mudanças na dinâmica da atenção sobre a distribuição orçamentária da União (2000-2021). Revista de Administração Pública, v. 57, n. 5, p. 0-0, 2023.

BRASIL, Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm). Acesso: 16/2/2019.

BRASIL, Lei 4320/64. Estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm) Acesso em: 16/2/2019.

BRINGSELIUS, L. The dissemination of results from SAIs: independent partners with the media? Financial Accountability e Management, vol. 31, n. 1, p. 75-94, 2015.

BRITO, J. R. S.; BRITO, J. V. C. S. Análise da dinâmica fiscal dos municípios brasileiros e das características do modelo federativo ao longo da pandemia da covid-19. Revista do Serviço Público, v. 75, n. 1, p. 123-141, 2024.

BRUMANA, F. S. Um estudo do orçamento público impositivo sob as políticas públicas. Notes on Law and Public Policy, v. 2, n. 2, 2020.

CABELLO, O. G.; AZEVEDO, R. R. Reflexos da Imprecisão das Receitas Orçamentárias nos

Governos Locais Brasileiros. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 34, n. 2, p. 52-76, 2023.

CÉLÉRIER, L.; BOTEY, L. E. C. Participatory budgeting at a community level in Porto Alegre: a bourdieusian interpretation. *Accounting, Auditing e Accountability Journal*, vol. 28, n. 5, p. 739-772, 2015.

CHRISTENSEN, H. E; GRANT, B. Participatory budgeting in Australian Local Government: an initial assessment and critical issues. *Australian Journal of Public Administration*, vol. 75, n. 4, p. 457-475, 2016.

CHORNOVOL, A. et al. Public finance management system in modern conditions. *Investment Management & Financial Innovations*, v. 17, n. 4, p. 402, 2020.

COHEN, S.; KARATZIMAS, S. Reporting performance information in the public sector the moral behind the (non)application of program budgeting in Greece. *International Review of Administrative Sciences*, vol. 80, n.3, p. 619-636, 2014.

DIAMOND, J. Budget System Reform in Emerging Economies: the challenges and the reform agenda. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2006.

FERNANDES, M. A. C. et al. Dimensionamento e acompanhamento do gasto social federal: metodologia. IPEA, Brasília, 1997.

FERNANDES, N. S. A.; SILVA, A. C. B. Análise entre planejamento e execução orçamentária em secretarias municipais de turismo pernambucanas. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 24, n. 2, p. 78-97, 2024.

FERREIRA, I. M. S. et al. Mecanismos e modelos para atenção ao formalismo na condução do orçamento e das finanças públicas. *Revista Valore*, v. 4, p. 331-340, 2019.

FISHER, R. C. State and local public finance. Routledge, 2022.

FRANCESCO, M. D. Rules and flexibility in public budgeting: the case of budget modernization in Australia. *Australian Journal of Public Administration*, vol. 75, n. 2, p. 236-248, 2015.

GAO, P.; LEE, C.; MURPHY, D. Financing dies in darkness? The impact of newspaper closures on public finance. *Journal of Financial Economics*, v. 135, n. 2, p. 445-467, 2020.

GIACOMONI, J. Orçamento Público, 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIAMBIAGI, F. Necessidades de Financiamento do Setor Público 1991/1996: bases para discussão do ajuste fiscal no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

GLASS, V.; STEFANOVA, S.; PRINZIVALLI, J. Zero-based budgeting: does it make sense for universal service reform? *Government Information Quarterly*, vol. 31, p. 84-89, 2014.

GODDARD, A.; MIKASIWA, T. A. New Public management and budgeting practices in Tanzania Central Government: struggling for conformance. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, vol. 6, n4. P. 340-371, 2016.

JENA, P. R. Reform Initiatives in the Budgeting System in India. *Public Budgeting e Finance*, Spring, p. 1-17, 2014.

JONES, R.; LANDE, E.; LUDER, K. Portal, Marine. A comparison of budgeting and accounting reforms in the national governments of France, Germany, the UK and the US. *Financial Accountability e Management*, vol. 29, n. 4, p. 419-441, 2013.

KRISTIANSEN, M. B. Budget reforms in times of austerity: a centralization cascade in Danish central government? *Public Budgeting e Finance*, Fall, p. 58-75, 2018.

LAUTH, T. Zero-Base Budgeting Redux in Georgia: Efficiency or Ideology? *Public Budgeting e Finance*, Spring, p. 106-123, 2016.

LOCHAGIN, G. L.; MIRANDA, I. D. A evolução das regras fiscais no tratamento do orçamento público brasileiro. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, v. 152, p. 77-100, 2023.

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública. 3. ed. Atlas, 2010;

MACDONALD, K. The meaning and purposes of transnational accountability. *Australian Journal of Public Administration*, vo. 73, n. 4, p. 426-436, 2015.

MITICHELL, D.; THURMAIER, K. (Re)defining the disarticulated municipality: budget accountability for networked governance. *Public Budgeting e Finance*, Fall, p. 47-67, 2016.

MONOCELLI, D.; PAZIENZA, M. G.; RAPALLINI, C. Municipality budget rules and debt is the Italian regulation effective? *Public Budgeting e Finance*, Fall, p. 114-140, 2016.

MONTEIRO, J. J. et al. Reflexos da Covid-19 no orçamento público do Governo Federal. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 97-116, 2021.

OECD. Site da OCDE, área Budgeting and public expenditures. Disponível em: <<http://www.oecd.org/governance/budgeting/>>. Acesso em 15/2/2019.

OECD. Brasil. Budget Reviews. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/budgeting/40139608.pdf>>. Acesso em 15/2/2019.

OECD. Russia. Budget Reviews. Disponível em: <

<http://www.oecd.org/gov/budgeting/42007227.pdf/>>. Acesso em 15/2/2019.

OECD. Brasil. Budget Reviews. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/budgeting/budgeting-and-performance-in-the-european-union.htm> Acesso em 15/2/2019.

OECD. R. Budget Reviews. Disponível em: <  
<http://www.oecd.org/gov/budgeting/40001319.pdf/>>. Acesso em 15/2/2019.

PERCHUK, O. The role of budget for citizens in the public finance management system. *Management of the 21st Century: Globalization Challenges*. Issue 2, p. 418, 2019.

PEREIRA, A. K.; GOMIDE, A. A.; MACHADO, R.; IBIAPINO, M. Arranjos de governança para a sustentabilidade socioambiental na implementação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 5, p. 0-0, 2023.

SILVA, E. P.; AZEVEDO, R. R. Atuação do legislativo na aprovação do projeto de lei orçamentária em municípios. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 33, n. 2, p. 157-182, 2022.

TRESCH, R. W. *Public finance: A normative theory*. Academic Press, 2022.

VELLOSO, J. P. R. (coordenador). *O Real, o Crescimento e as Reformas*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1996.

VIANA, E. R. F.; CRUZ, L. G. S. Orçamento público: autorizativo X impositivo. *Revista Trevisan*, v. 18, n. 173, p. 79-104, 2020.

WISEL, F.; MODELL, S. From new public management to new public governance? Hybridization and implications for public sector consumerism. *Financial Accountability e Management*, vol. 30, n. 2, p. 175-205, 2014.

YUSUF, F.; YOUSAF, A.; SAEED, A. Rethinking agency theory in developing countries: a case study of Pakistan. *Accounting Forum*, vol. 42, p. 281-292, 2018.